

PLATÔ DE CRÍTICA CULTURAL NA BAHIA: POR UM ROTEIRO DE TRABALHO CIENTÍFICO TRANSGRESSOR

Osmar Moreira dos Santos

Sumário

Introdução

1 - Literatura e crítica cultural: uma história constelar, 3

2 - Literatura e crítica cultural: noções e conceitos, 7

3 - Literatura e crítica cultural: uma máquina de guerra contra o pensamento arborescente, 12

Conclusão, 17

Referências, 18

Sobre o autor, 21

Introdução

Trata-se de resultados parciais de uma investigação sobre língua, literatura e crítica cultural, situando falsos problemas concernentes à crítica da representação mediada pela vocação disciplinar do campo literário (teoria, crítica, historiografia e obras de criação em sua multiplicidade de gêneros) em oposição ao campo linguístico e vice-versa. O objetivo é estabelecer condições para se reter e avaliar as descobertas linguístico-literárias ao longo do século XX, bem como situar os crivos interpretativos desenvolvidos, regionalmente, com força para se combater formas de colonização epistemológicas. A metodologia, aqui, identifica e anula dispositivos do pensamento arborescente (a fixação de um “eu” identitário, a imposição de um sistema de representação e uma mediação do aparelho institucional e seus dispositivos) praticado na periferia do sistema, a saber, o teológico, o positivismo matemático, o naturalismo cientificista, o estruturalismo, além do jurídico-policia como anomia e estado de exceção. Os resultados: a) um mapa de práticas linguístico-literárias que problematizam o localismo ingênuo e as armadilhas de um universalismo excludente e alienante; b) o estabelecimento de um aparato científico menor e lateral capaz de fazer falar o silenciado.

É a partir do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, implantado em agosto de 2009 no Departamento de Educação do Campus II da UNEB em Alagoinhas, mas em fase de lotação no novo Departamento de Linguística, Literatura e Artes, que

constituímos esse platô tanto para uma avaliação dos estudos de Literatura e Crítica da Cultura, como uma variante dos estudos no campo literário, quanto uma proposição epistemológica de longo alcance no interior do campo linguístico-literário como um todo.

Sendo um programa disciplinar, localizado na grande área de Estudos Linguísticos e Estudos Literários, com duas linhas de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida e Letramentos, Identidades e Formação de Educadores, e com área de concentração em Crítica Cultural, só podemos credenciar, por força do Documento de Área da Capes, apenas 20% de pesquisadores de outras áreas, embora possamos acolher estudantes com formação graduada em qualquer área do conhecimento interessados em questões de língua, linguagens, literatura, cultura e processos de letramento e de educação.

Considerando que um programa de crítica cultural pode ser implantado em qualquer grande área e subáreas do conhecimento, e sendo o nosso em Letras, que vislumbra ser um programa conceito 7, nossos principais desafios epistemológicos têm sido: a) estabelecer um foco de investigação que articule língua e literatura, na interface com outros signos; b) não nos fecharmos nem em crítica literária, nem em estudos culturais, mas fazermos da arqueologia do signo e sua reverberação pelas ciências humanas, uma plataforma de trabalho científico e a condição para superarmos a rivalidade com antropólogos, filósofos, historiadores, psicanalistas, pesquisadores do campo de comunicação, entre outros.

Dito isto, o capítulo 1 - Literatura e crítica cultural: uma história constelar, em vez de levantar todos os projetos de pesquisa credenciados em programas da grande área dos Estudos Literários no nordeste, criados desde os anos de 1970 aos mais atuais e, daí, constituir gráficos sobre os principais temas da literatura e da cultura nordestina, bem como apontar os seus principais resultados em termos de afirmação e representação, decidimos rastrear os efeitos de livros seminais como a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antônio Cândido, localizar a força da nucleação dos primeiros programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, e problematizar o lugar do campo linguístico-literário no sistema científico brasileiro. Isso nos permite compreender porque os estudos linguísticos devem estar separados dos estudos literários, bem como, porque as questões linguístico-literárias, no âmbito da alfabetização e do Ensino Fundamental, serem questões do campo da educação e não da nossa área de Letras.

No capítulo 2 - Literatura e crítica cultural: noções e conceitos, situando a contemporaneidade da *Formação da Literatura Brasileira*, mencionado acima, em

relação aos Estudos Culturais, desenvolvidos no final dos anos de 1950 e ao longo dos anos de 1960 e de 1970, na Inglaterra e nos Estados Unidos, destacamos o papel da emergência de associações científicas da área, a exemplo da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada) e da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Linguística e Literatura), não só porque, no caso da primeira, vai-se problematizar as noções de fonte e de influência em relação às literaturas nacionais e, no caso da segunda, vai se prescrever aos programas de pós-graduação o que o sistema científico quer, em termos de controle e das informações precisas e qualificadas, mas, principalmente, porque, de um ponto de vista da crítica cultural, situada no interior do campo linguístico-literário, não são suficientes nem metateorias, para se avaliar o valor no interior do campo literário (obras de criação, historiografia, crítica e teoria), nem fechamento disciplinar, tratando-se das várias vertentes da linguística.

É por isso que no capítulo 3 - Literatura e crítica cultural: uma máquina de guerra contra o pensamento arborescente, iremos descrever porque o nosso objeto língua e literatura não nos pertence como condição de uma ideia libertária e com expressão efetivamente política. A menos que, a exemplo dos círculos de cultura postos em movimento por Paulo Freire, façamos a maquinaria linguística-literária funcionar em todos os rincões da sociedade brasileira, como condição para que os falantes de língua portuguesa, de fato e de direito, tornem-se sujeitos de sua história, contribuindo, assim para a reinvenção do Brasil como uma sociedade sem desigualdade social, econômica, cultural e política, com cidadania cultural plena.

Literatura e crítica cultural: uma história constelar

Em atividades científicas do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, do Campus II da UNEB, em Alagoinhas, a noção de crítica, colocada em movimento por projetos de pesquisa, eventos científicos, laboratórios em sala de aula, atos públicos, entre outras atividades estético-políticas, não é nem Crítica Literária, nem Estudos Culturais, mas uma forma coletiva de se retomar, direta ou indiretamente, a descoberta do signo linguístico, em final do século XIX, como um acontecimento epistemológico de longo alcance, mapear a ressonância dessa descoberta nas ciências humanas, bem como, também, mapear o retorno e o impacto das contribuições das ciências humanas, após suas viradas linguístico-literárias, na definição de uma zona de fronteiras epistemológica, multidisciplinar.

Uma primeira amostra de que a Crítica Literária não é Crítica Cultural tem por fundamento o argumento de que se a crítica literária, focando o seu objeto, que é a literatura, busca avaliar o valor da obra, em quaisquer de suas vertentes, em sua composição simbólica, suas tensões verbais, seu desdobramento na expressão dos leitores, seus gêneros e produtos, sua distribuição mercadológica, seus suportes, seus arquivamentos institucionais, entre outros sinais de existência da série literária, ela dificilmente (a crítica literária) se deixa embaralhar pela historiografia literária, pela teoria literária ou mesmo pela obra literária. Cada elemento no seu quadrado. Cada elemento cumprindo a sua função disciplinar, conforme estabelecido pela lógica do sistema científico burguês ou neoliberal.

Se a Crítica Literária, desenvolvida em países socialistas, deixa de lado essa lógica disciplinar estabelecida pelo sistema científico burguês, e propõe uma lógica contradisciplinar, fundada numa perspectiva materialista e socialista, o objeto literário não muda, a disciplinaridade, também não, mas se descobre um abismo que assombra o estado revolucionário e sua relação com a classe trabalhadora: os milhões de analfabetos precisam, antes, aprender a ler, e contar com uma pedagogia revolucionária que os façam extrair das obras literárias, produzidas no mundo capitalista (TROTSKI, 2007), uma imagem da sua exploração, como sujeito, e, na organização de uma luta coletiva e revolucionária, fazerem avançar a tomada do poder político da burguesia e construir um estado proletário, que os represente e, se bem sucedido, suprimir a luta de classes. Ou então, se o caminho para o desenvolvimento do socialismo não for o esvaziamento do sentido do mundo burguês, no interior e através dos signos da própria obra literária burguesa, elege-se o realismo socialista, em que tanto os escritores como as suas obras são forçados a fazer propaganda de um socialismo em decomposição.

Mas é em países periféricos como o Brasil, nem capitalista, nem socialista, quase escravista e ainda colonial, que a crítica literária toma para si, desde os seus primórdios, a tarefa de empenhar o sistema literário na preparação de um espírito político socialista, democrático, para se enfrentar a ocupação dos países capitalistas, desde o século XVI aos nossos dias.

Em Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos - 1750 – 1880 (CANDIDO, 1959), temos uma proposta de sistema literário que se compõe de três elementos estruturantes e decisivos: o autor, que produz suas obras; a obra, e sua literariedade; o público, que a consome e multiplica seus sentidos, mesmo sendo este público especializado, a exemplo de outros escritores, os historiadores (que descrevem o

acontecimento da obra e a posiciona sincrônica e/ou diacronicamente), os teóricos (que avaliam se a natureza é mesmo literária e se sua função é a de alimentar os processos de ficcionalidade), e os críticos, que jugam o valor da obra. Ou seja, um autor que, em algum momento da vida social, produziu uma obra, mas que essa obra não tenha sido inserida no circuito da recepção, e no tempo de sua emergência, não entra de igual para igual no sistema literário.

Através desse critério, Antônio Candido identifica que os escritores do Arcadismo, com suas formas literárias (o rondó, o madrigal, o romance, a écloga, entre outras) empenham-se para implantar a literatura no Brasil, embora o conteúdo estivesse longe de ser nacionalista, e por razões óbvias: todos os escritores viviam num período em que o Brasil era colônia de Portugal, que, por sua condição de colonizador, este mantinha a ferro e fogo e muita repressão qualquer movimento de separação e ruptura entre colônia e metrópole.

É apenas no Romantismo (1836 – 1880) que, além daquelas formas literárias transplantadas pelos escritores árcades se fundirem noutras formas mais complexas, o conteúdo dessas obras vai tematizar a nação emergente e projetá-la quanto a seu futuro. Nesse momento, sim, forma-se uma comunidade de escritores, orientados para compor uma obra, propriamente literária, além de dispor de um público para consumi-la e se orientar quanto ao gosto prescrito pelo sistema literário.

Além disso, desenvolve-se, também, as condições para a emergência da historiografia e da crítica literária não ainda na forma que conhecemos hoje – no interior das instituições universitárias, sobretudo a partir dos anos de 1940 – mas comandadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, no regime monárquico, com dois objetivos “a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de História”, cujo passado, para se constituir a nação, “deveria surgir como fruto de uma civilização branca e europeia nos trópicos” (CAIRO, 2011).

Nessa linha, o esforço intelectual para se compor o cânone tem a seguinte imagem:

Na primeira etapa, são os esboços de Magalhães, Norberto, Pereira da Silva; as antologias de Januário, Pereira da Silva, Norberto-Adet, Varnhagen. Na segunda etapa, as biografias em série ou isoladas de Pereira da Silva, Antonio Joaquim de Melo, Antonio Henriques Leal, Norberto; são as edições de Varnhagen, Norberto, Fernandes Pinheiro, Henriques Leal, etc. Na terceira, os “cursos” de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, os fragmentos da história da história que Norberto não chegou a escrever. (CANDIDO, 2000:vol. 2, p. 311)

Os esboços, as antologias, as biografias em séries ou isoladas, as edições, os cursos e os fragmentos de história da história, produzidos até o final de 1850, combinados com as polêmicas envolvendo os escritores mais representativos do romantismo, além da produção literária do final do século XIX, emergentes sob o crivo de outras escolas literárias, tudo isso vai se constituir no objeto da crítica de Sílvio Romero (1980), José Veríssimo (1969) e Araripe Júnior (1963) e, com isso, estabelecer condições, através do sistema literário, para se pensar e debater o Brasil como uma nação em formação.

Se Sílvio Romero, adotando uma referência teórica alemã, mobiliza todos os tipos de saber para o interior da literatura ou encara todos os tipos de saber como uma forma de literatura, para, com os conceitos de raça e o de determinismo do meio (encarado biologicamente), julgar os escritores e suas obras; em contraponto, temos em José Veríssimo, adotando uma referência teórica francesa, que foca a obra literária como o único lugar para se estabelecer seu valor estético, bem como suas vinculações com a tradição, seja ela europeia ou brasileira.

A obra fragmentada e inacabada de Araripe Júnior, em suas prospecções, constrói perfis literários, sob o crivo de uma história literária descontínua, mas de forte impacto para se ler os percalços envolvendo a definição de um sistema intelectual marcado, desde sempre, pela violência epistemológica, a precariedade das instituições, a incomunicabilidade dos elementos que comporiam essa tradição, e a usurpação das riquezas materiais da nação, tanto no período colonial, quanto na sua vinculação ao sistema da dívida, pós-independência.

Estabelecidas essas condições de uma genealogia permanente da literatura e da civilização brasileira, em função desse sistema literário em movimento, é que teremos a emergência da obra de Machado de Assis (1872 – 1908), *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, a obra de Lima Barreto (1909 – 1922), entre outros, cujos resultados estético-políticos principais, dessa genealogia, são um mapa dos problemas econômicos, sociais, culturais e políticos do Brasil, bem como um roteiro para a aquisição de uma linguagem que fosse capaz não apenas de realizar uma crítica da realidade asfixiante da sociedade brasileira, em seu percurso histórico, mas de se mostrar, a si mesma, como o limiar de uma reviravolta nos processos criativos envolvendo os elementos constitutivos do sistema literário, o autor, a obra, o público, a partir do modernismo, iniciado na Semana de Arte moderna, de 1922, em São Paulo.

Com o modernismo (1922 – 1964), além de uma multiplicidade de correntes da crítica e da historiografia literária, em rodapés de jornais, ou no interior das universidades

(LIMA, 1997) que se multiplicam a partir de 1940, temos também o desenvolvimento da teoria literária e, principalmente, de um conjunto de obras literárias que além de levar seu público a uma consciência e exercício de uma língua propriamente literária, também promove uma consciência e um exercício de interpretação e reinvenção do Brasil.

Literatura e crítica cultural: noções e conceitos

Vale destacar, aqui, que a língua propriamente literária a que os escritores modernistas têm acesso e exercitam em seus laboratórios de escritores ou como jornalistas, indica não apenas um diálogo com as chamadas vanguardas europeias (futurismo, dadaísmo, cubismo, surrealismo, expressionismo), mas uma sintonia com a principal descoberta do campo linguístico-literário, entre o final do século XIX e a publicação, pela Payot, em 1916, do Curso de Linguística Geral (SAUSURRE, 2012, 1879), a saber: o signo linguístico, com sua duplicidade radical, o significado e o significante.

Do ponto de vista da literatura, como da arte em geral, nas duas primeiras décadas do século XX, o significante, em sua materialidade, passa a ser a matéria do artista, em seus processos de criação e apropriação de seus meios de expressão, bem como passa a ser, também, um dos elementos chave para o desenvolvimento científico do campo linguístico-literário, como um todo (a linguística e suas correntes, a teoria, a crítica e historiografia, e suas correntes) e a reverberação desse desenvolvimento em todas as ciências humanas: antropologia, filosofia, psicanálise, sociologia, história, educação, entres outras áreas.

Uma primeira constatação relevante que podemos fazer aqui, e agora, é que através do sistema literário, tal como acabamos de descrever, foi possível a Antônio Cândido e sua geração, iniciada lá no início dos anos de 1940, com a revista *Clima* (CEVASCO, 2003), realizar um projeto de investigação, no final dos anos de 1950, que é contemporâneo e similar ao projeto de investigação do Centro de Cultura Contemporânea de Birmingham, que teve como principais expoentes Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson, Perry Anderson, Erick Hobsbawm, Christopher Hill e, poucos anos mais tarde, Stuart Hall.

Se os pesquisadores do Centro de Cultura Contemporânea de Birmingham criam os Estudos Culturais (HALL, 2003), cuja noção de cultura envolve uma revisão crítica do princípio marxista clássico, e desviado pelo stalinismo, de que a infraestrutura

econômica determina a superestrutura cultural, mostrando que, a partir de um mapeamento da cultura da classe trabalhadora na Europa, principalmente na Inglaterra, é possível desbancar a considerada alta cultura erudita e de elite; a formação do sistema literário, no Brasil, além de tornar visível a anomalia ou a ausência da classe trabalhadora na representação literária e cultural do país, no recorte temporal da Formação da Literatura Brasileira, é também uma denúncia das elites econômicas e dirigentes, além do estabelecimento de parâmetros para uma pauta política, em final dos anos de 1950, que mobilize os intelectuais brasileiros, do campo literário, para se repensar o conceito de nação no embate envolvendo novas formas de internacionalismo político, com a crise do stalinismo, a partir da entrada em cena de Nikita Khrushchev (1953 – 1964), especialmente após seu relatório sobre os crimes de Stalin divulgado no 20 Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956 (DEUTSCHER, 2006).

Se de um lado os intelectuais britânicos, através do Centro de Cultura Contemporânea de Birmingham, vão, a partir de uma virada linguístico-literária nos estudos de história, sociologia, filosofia, redimensionar o conceito de cultura em condições de acolher como problemática, além da cultura do trabalhador, também os estudos de gênero e de raça, e se distribuir, como parâmetro e epistemologia internacional, durante as décadas de 1960 até 1980; por outro lado os intelectuais brasileiros, a partir da Formação da Literatura Brasileira, e sua reorientação para os estudos do modernismo na periferia do capitalismo, vão estabelecer outras condições epistemológicas para a questão da dependência e subdesenvolvimento envolvendo o Brasil, a América Latina e a África, bem como, para as questões envolvendo o trabalho micropolítico e de enfrentamento do estado de exceção que assaltou o poder político institucional no Brasil, entre 1964 e 1985.

Isso quer dizer que, enquanto os intelectuais britânicos, pela via da crítica ao economicismo marxista e sua noção de infraestrutura determinando a superestrutura, já haviam superado essas contradições e, no embate com o estruturalismo, também no interior das pesquisas do Centro, abriam e contemplavam outras pautas políticas num plano internacional; os intelectuais brasileiros, latino-americanos, africanos, além de antenados quanto a esses estudos britânicos, tinham outras tarefas mais urgentes: reunir todas as formas de esquerda no enfrentamento à ditadura militar, na afirmação e engajamento às lutas de libertação coloniais, na construção e ou reconstrução do projeto de nação ou, simplesmente, e de forma mais radical, na construção e proliferação de uma palavra de desordem: nem valores universais, derivados de um humanismo suspeito, nem valores nacionais, em tempos de agonia, de pós-utopia, e com cheiro e ameaça de bomba

nuclear por todos os lados, mas uma literatura, com sua linguagem extraída dessas ruínas, focando um conteúdo voltado à dramatização da vida, do corpo, da sexualidade, da loucura, da tortura, e do desejo de cotidianizar a política e politizar o cotidiano.

Entretanto, os limites para os Estudos Culturais como para a Crítica Literária podem ser traçados a partir de alguns estudos muito importantes: a) em *Estudos culturais e seus legados teóricos*, Stuart Hall (2011) adverte a todos quanto à institucionalização desse campo de conhecimento nas universidades e centros de estudos nos EUA, tomando essa possibilidade de disseminação de estudos culturais como uma interrupção, ou apropriação pelo sistema, do debate permanente e concernente à política intelectual, bem como um esvaziamento ou destruição de instituições, organizações, mundo do trabalho envolvendo a crítica literária, a literatura, e o “sistema literário” como um todo; b) num outro texto, *Estudos culturais: dois paradigmas*, também de Stuart Hall (2011), ao tratar dos dilemas abertos pelas (nem sempre) saudáveis tensões entre culturalismo e estruturalismo, no interior do Centro de Cultura Contemporânea de Birmingham, podemos identificar uma série de questões que, se não apontam para a superação do campo dos Estudos Culturais, tal como ele se deu a ver e se pôs em movimento em e a partir de Birmingham, ao menos apontam para a emergência de um outro campo de estudo, a partir das seguintes necessidades: a necessidade de uma síntese (diríamos não hegeliana) a partir da disputa incontornável entre culturalismo, em viés marxista, e estruturalismo, também de viés marxista, mas sem perder de vista os estudos gramscianos e as proposições chave do pensamento de Marx, ou seja, apesar das ressalvas, é preciso continuar estudando a obra de Marx e o marxismo; a necessidade, implícita, de se retomar autores, como Derrida, em *Espectros de Marx*, como Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, entre outros, mesmo Michel Foucault, um pouco deixados de lado, mas agora conectando-os, numa outra chave, com intelectuais da periferia do mundo; por fim, a necessidade, de se retomar, na periferia do capitalismo, certas linhas de força do chamado marxismo vulgar (HOBBSAWM, 2013), superado no centro do sistema do pensamento, a exemplo da França, com a Escola dos *Annales* (HOBBSAWM, 2013; BURKE, 2010), e da Inglaterra, com a historiografia marxista emergente nos Estudos Culturais de Birmingham, mas inteiramente vivo (esse marxismo vulgar), e em movimento, em países como o Brasil, cuja historiografia mais relevante, em que pese a influência dos estudos de Antônio Cândido, tem seus fundamentos nesse tipo de marxismo.

Já os limites da Crítica Literária, concebida nos termos do sistema literário de Antônio Cândido, podem ser identificados a partir desses estudos: a) em *Apesar de dependente, universal* (1980), *O entre-lugar do discurso latinoamericano* (1971), e em *A permanência do discurso da tradição no modernismo* (1985), textos do crítico cultural Silviano Santiago, temos, respectivamente, uma reversão dos conceitos de fonte, influência e modelo atribuídos, pela crítica literária, às literaturas europeias em relação às literaturas produzidas nas colônias ou ex-colônias: o principal resultado dessa reversão é um texto radical que, em vez de seguir a tradição, trai a memória cultural, esvazia o sentido de fonte ou origem, e, como uma espécie de cópia degradada, põe a nu as regras de todo o modelo colonial ou estabelecido pela modernidade em seu sentido histórico, filosófico ou estético; o entrelugar desses discursos de literatura segunda se configura em expor ou fazer falar a ficcionalidade do campo historiográfico, teórico e crítico, a partir das metáforas literárias transformadas em conceitos; confrontando as duas tradições de modernismo, a francesa, em sua tradição de ruptura e a anglo-saxônica, em sua forma de ver e estudar a tradição no novo, além de articular a antropofagia oswaldiana, e sua noção de revolução caraíba, como uma caixa de ferramentas da crítica cultural para se fazer retornar, em diferença, o matriarcado de pindorama: nações e sociedades com e contra o estado no cerne do mundo globalizado.

Esses estudos de Silviano Santiago desenvolvidos nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, e pondo em movimento uma daquelas necessidades flagrada em Stuart Hall (2011), ou seja trazer para o debate teórico da periferia a obra de Jacques Derrida, são estudos decisivos tanto para estabelecer uma reviravolta na crítica da representação como para se repensar as instituições universitárias e acadêmicas, a exemplo dos programas de estudos pós-graduados emergentes e em funcionamento na PUC-RJ, na USP e em Universidades Federais como a UFRJ, UFMG, UFBA, UFSC, entre outros.

Uma consequência decisiva desses debates, nos anos de 1990, e já envolvendo associações científicas de peso como a ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada), criada em 1985 durante o XI Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada, realizado na antiga Sorbonne, em Paris, foram a publicação de dois textos seminais, o *Que fim levou a crítica literária?*, de Leyla Perrone-Moisés, publicado no Suplemento Mais da Folha de São Paulo, em agosto de 1996, e o *Projeções de um debate*, de Wander Melo Miranda, publicado no volume 4 da Revista de Literatura Comparada, publicado em 1998.

Em o *Que fim levou a crítica literária?*, além de um mapa de eventos, promovidos na década de 1990, que, segundo a autora, diluem a literatura nos estudos culturais, redefinem-na como mera depositária da memória, tomam a crítica literária como uma espécie de terra arrasada sem objeto e sem função mediadora, denuncia ainda os estragos que os Estudos Culturais e as práticas pós-modernistas e da desconstrução vão fazer quanto à institucionalidade da literatura e sua força revolucionária. Considera, ainda, que não cabem no campo literário, a destruição do cânone literário ocidental para se colocar outro, o da periferia, o das minorias ou de nações subalternas. A condição pós-moderna, portanto, segundo Leyla Perrone-Moisés, se não for reavaliada, com o crivo da alta literatura, e também com os pressupostos dos próprios autores pós-modernos, a exemplo de Derrida, Lyotard, entre outros, corre-se o risco de não se ter mais parâmetros para se enfrentar os efeitos das novas tecnologias, e seus produtos, sobre o espírito e o comportamento dos consumidores e produtores de literatura.

Em diálogo com Leyla Perrone-Moisés, MIRANDA (1998), em *Projeções de um debate*, argumenta que é preciso eleger a literatura comparada, como metateoria pela qual se possa questionar o campo, tal como estabelecido pelos comparatistas europeus, e abrir o objeto, a literatura, a teoria, a historiografia e a crítica literária, como condição para se pensar e praticar uma alteridade radical, isto é, que a entrada em cena da lógica suplementar, da literatura menor, das enunciações subalternas e pós-coloniais, não só serão fundamentais para os debates acerca de outra responsabilidade ou política da forma, mas, também para se pensar a nação como uma multiplicidade de locais em tensão permanente com o global. Os Estudos Culturais, mesmo nos Estados Unidos, e sob o olhar de um dominicano do quilate de George Yúdice (1997) consiste no “estudo da formação de critérios de valor”, além de em relação à literatura tomar a “performance como prática e a performatividade como princípio de análise”. Retomando Silviano Santiago, em *Declínio da arte e ascensão da cultura* (1998), que recorta os anos de 1979 – 1981, para avaliar os processos de luta pela redemocratização no Brasil, Miranda vai destacar, ainda, o lugar da arte multicultural como o único lugar, à época, para se acolher o debate sobre “patrulhas ideológicas”, memórias de guerrilheiros e exilados, dramatizar as tensões no interior da esquerda política brasileira, além de temas e questões fora da série literária (o samba, a música popular, entre outros) para a pesquisa em programas de pós-graduação da área de Letras.

Literatura e crítica cultural: uma máquina de guerra contra o pensamento arborescente

A essa altura da discussão sobre os pressupostos para o entendimento da literatura e crítica cultural no Nordeste, mobilizamos uma série de sentidos e argumentos acerca de sistema literário, crítica literária e estudos culturais. Mas onde estaria a crítica cultural entre a crítica literária e os estudos culturais? A Literatura Comparada já não seria uma Crítica Cultural? Os Estudos Culturais, sua multiplicidade de objetos, e de enfoques, já não seriam também uma Crítica Cultural?

Se recorrermos às preocupações dos principais críticos literários, comparatistas, pesquisadores dos estudos culturais e filósofos contemporâneos, quanto à inserção da língua, como fenômeno social, sistema de códigos, instrumento de enunciação, entre outros valores, no campo e trabalho literários, veremos que essa espécie de obviedade faz toda a diferença: primeiro, e como um parâmetro e platô crítico-cultural, unifica-se, na multiplicidade, língua e literatura, campo linguístico e campo literário; segundo, e como um trabalho conjunto, para além de programas de pós-graduação, insere-se língua e literatura, como recepção e instrumento de criação, no interior das salas de aula; terceiro, e como trabalho realmente multidisciplinar e revolucionário, possibilita-se organizar uma nova pedagogia, da escola básica à pós-graduação, que estimule a pesquisa e o trabalho político relativos à repercussão da descoberta do signo linguístico-literário nas ciências humanas, seus impactos epistemológicos, suas viradas linguístico-literárias, suas novas descobertas e seus rebatimentos, em contrapartida, nos estudos de língua e literatura, para, em conjunto e coletivamente, se reinventar, sobretudo na periferia capitalista, o sentido de democracia e abrir possibilidades para a prática efetiva da cidadania cultural.

Enquanto houver estudos linguísticos separados dos estudos literários e vice-versa, como imposição e estratégia do sistema científico, sem a existência, na área, de uma zona de fronteiras para a crítica permanente dessa separação, e, ao mesmo tempo, para o acolhimento das outras áreas de conhecimento que tenham realizado sua virada linguístico-literária, não será suficiente nem metateoria, em linguística e em literatura, nem abertura dos objetos língua e literatura, para o trabalho em Estudos Culturais, pois, ainda assim, além de perder paulatinamente seus objetos, seriam campos de conhecimento incontornavelmente confinados em sua disciplinaridade, sem consciência da história de suas interfaces multidisciplinares, nem poder estratégico para fazer a gestão desse trabalho multidisciplinar (ou mesmo disciplinar) nos embates com o Estado e o

capital ou com o que é ainda bem pior: o Estado como servo e gerente do capital, e na periferia do mundo.

Nessa linha de comentários e de exigências, vejamos o que pensam alguns intelectuais do campo linguístico-literário. Em “A praga do beletismo”, Luiz Costa Lima (2013) argumenta que os cursos de Letras são cursos de pedagogia impostos pelo sistema e que se se perguntar a um egresso desses cursos de Letras quais teriam sido as principais descobertas, no campo, nos últimos 50 anos, poucos ou nenhum teria(m) condições ou a formação adequada para responder a essa questão. Os Estudos Culturais, na forma em que são praticados no Brasil, seriam, ao contrário do que se pensa, um dos principais redutos desse beletismo reacionário; em “No jardim das Letras, o pomo da discórdia”, Marisa Lajolo (2013) assevera que a questão institucional não é a de reforma curricular, mas a de como o sistema impõe uma estrutura de funcionamento e de gestão; em “A formação intelectual do estudante de Letras”, Marcuschi (2010) aponta a fraqueza filosófica do curso, isto é, sem força para articular e ter uma ideia, a partir de estudos de língua e literatura, que encarnem práxis e enunciações libertárias e emancipadoras; em “Outubro retalhado”, Silviano Santiago (2004) faz um duro ataque aos falantes de língua portuguesa por estes não terem pautado, de forma abrangente e no tempo certo, a Queda do Muro de Berlim e suas consequências na vida política e cultural brasileira. Tudo ocorreu como se o Brasil não existisse nessa relação de forças envolvendo o (des)concerto das nações; já *Em tempos de Pós-crítica: ensaios*, Eneida de Souza (2007) descreve as tensões acadêmicas provocadas pelas disputas de poder entre os partidários dos Estudos Culturais e os partidários da Teoria Literária, ainda com o foco no fenômeno literário, perdendo, assim, de vista, uma questão mais crucial e urgente, que é como tematizar nossa pobreza e criatividade, nossa potência de resistir à barbárie a partir de uma perspectiva da modernidade alternativa e vernacular.

Numa reflexão mais local, e numa dissertação defendida no Programa de Crítica Cultural, de Alagoinhas, sob minha orientação, intitulada *Cursos de Letras, políticas institucionais e (des)ativação de dispositivos*, Evanildes Teixeira (2014), comparando o curso de Letras de Alagoinhas com o da UFMG, entrevista vários intelectuais importantes da área, e com atuação na Capes e no CNPq, da qual se pode destacar um dos depoimentos: “associações científicas, bem sucedidas do ponto de vista de aquisição de recursos, definição de políticas e editais específicos, tomadas como estratégicas pelo sistema, só o são por que seus eventos institucionais não são concebidos para apresentação de trabalhos científicos, apenas, mas para intervirem, diretamente, na

definição e decisão das políticas públicas e sua liberação de recursos”. Isso mostra que, uma coisa é organizar um evento em que se encena e dramatiza toda uma crítica das representações, outra coisa é um evento em que o sistema de gestão do aparato científico é interpelado para se atender uma pauta dos direitos à produção, seja essa para atender ao mercado do conhecimento, seja para fazer ver, a esse mesmo mercado, a indissociabilidade do trabalho científico, principalmente nas humanidades, e a produção da riqueza material existente, numa pauta que vá além da definição de direitos, mas de reposicionamento do Estado na relação com o mercado.

Essa potência do campo linguístico-literário, como um platô da maior relevância científica no século XX, pode ser melhor observada, de outras áreas de conhecimento e a partir de uma referência bibliográfica internacional, senão vejamos: em *Antropologia Estrutural I e II*, há uma série de capítulos em que Claude Lévi-Strauss (2013) reconhece o impacto e a importância da obra de linguistas como Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson, para o desenvolvimento de sua obra. Não fosse a complexidade e a materialidade do trabalho com o signo linguístico, não teria sido possível o trabalho com a multiplicidade dos mitos, nem identificar o pensamento matricial e selvagem como uma forma, e encontrar nas culturas um modo de expressão sem nenhum débito com o logocentrismo; em *Sinais: raízes para um paradigma indiciário*, o historiador contemporâneo Carlo Ginzburg (1989), reconhece que entre as ciências humanas apenas a linguística não padecia, como as outras, de ter um método fraco, mas com resultados relevantes, nem um método forte (fundado no positivismo matemático das ciências duras) com resultados fracos e, em geral, cooptados pelos sistemas de dominação e sua lógica de se fazer avançar uma ciência pela ciência; em *Estudos culturais e seu legado teórico e Estudos culturais: dois estudos*, o sociólogo Stuart Hall, demonstra não só o impacto das noções de texto, textualidade, significante, enunciação, séries, entre outros nos seus próprios trabalhos, mas do impacto, avassalador, do estruturalismo, para bem e para mal, no trabalho científico de pesquisadores de todas as áreas do conhecimento no Centro de Estudos Contemporâneos de Birmingham.

Quanto ao impacto do campo linguístico-literário na filosofia contemporânea, são inúmeros os textos tratando das contribuições de linguistas e escritores na obra de Jean-Paul Sartre (2002), Louis Althusser (1979), Michel Foucault (1972; 1990), Jacques Derrida (2001; 2014), Gilles Deleuze (1988), Giorgio Agamben (2004; 2011a,b,c; 2012) entre outros. Em Sartre, não há filosofia sem imaginação literária e sem uma língua que leve ao limite a existência humana. Daí se poder dizer que a existência precede a essência;

em Althusser, uma reviravolta completa na interpretação da obra de Marx, encarando-a como o ponto de ruptura de uma série discursiva que não apenas expropria os discursos econômicos dos economistas liberais, mas promove a demolição da dicotomia base/superestrutura sedimentada pelo marxismo, em sua linhagem stalinista; em Michel Foucault, pensar não é inato, nem adquirido, mas uma forma de questionamento, um ato de resistência contra a barbárie, uma forma de falar contra o ver para se atingir uma estética da existência, relacionando o si com o saber e o poder; em Derrida, além de se mobilizar uma tradição literária radical e revolucionária para se combater uma espécie de institucionalidade reativa do ficcional, temos também uma política do signo, a partir de Ferdinand de Saussure (1879; 2006), através da qual se possa trabalhar com uma gramatologia que considere os rastros, os traços, aquilo que compõe o bloco mágico que tanto pode ser a memória individual como a de uma cultura, de um povo, de uma tribo; em Deleuze, a literatura, na linha aberta por Sartre, como o estruturalismo, nos usos feitos por pensadores de várias áreas do conhecimento, são decisivos para se reler a história da filosofia e fazer da literatura uma forma de pensamento radical e paralógico. Em livros seminais como *A lógica do sentido*, numa das suas séries de paradoxo, sobre a proposição, não só se aprende que a arbitrariedade do signo encarna a designação, mas se pode, também, interpelar quem designou, sob que condições, a partir de qual estrutura lógica, para, numa guinada paralógica, doar sentidos e abrir o pensamento ao devir, liberando-o dos condicionamentos; em Giorgio Agamben, a obra inteira está repleta de linguistas, escritores e artistas. É decisiva, por exemplo, o papel de Benveniste (2008), no entendimento do sentido de enunciado e de anunciação em *Infância e História*. Sem a possibilidade de entrar e sair da língua, o homem, em todos os tempos e lugares, não teria as condições de acontecer para a história, se afirmar como sujeito, e se apropriar de sua experiência. Mesmo em situações da pior barbárie (os campos de concentração nazistas e seu laboratório para esvaziar o espírito e o poder de falar de milhões de artistas e de intelectuais), a resposta à pergunta o que resta de Auschwitz? é: a língua, só a resta a língua, como condição para se sobreviver à barbárie e, mais do que sobreviver, abrir uma outra possibilidade de transcendência, ainda por estudar, por pesquisar, e por colocar-se em movimento a fim de que se eleve o nível de nossa humanidade.

A língua e a literatura, como um objeto para o trabalho multidisciplinar, de uma perspectiva da Crítica Cultural, instalada no campo linguístico-literário, podem ser visibilizadas em muitos trabalhos científicos desenvolvidos em nossa Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), tanto em

artigos da Revista da ANPOLL como em capítulos de livros produzidos por alguns Grupos de Trabalho (GT's). Destacaria dois, embora já tenha selecionado e lido, trabalhado em sala, com uma dezena deles, a saber: “Reflexões para o estabelecimento de uma política para as humanidades” (FIORIN, 1998) e “Lingua(gem): Linguística e Linguística Crítica” (BORGES, 2007). No primeiro, nosso pensador das Letras parte do princípio de que se do ponto de vista do neoliberalismo econômico que assola o mundo contemporâneo, o historiador, o professor de literatura, o filósofo, não são “essenciais”, a menos que produzam discursos de autoajuda para os farrapos humanos destruídos por esse sistema; se, também, o professor de língua cumpre apenas o que o sistema impõe, ou seja, prescrever a norma culta para que os falantes falem o que o sistema quer, e nunca pesquise, porque a teoria da diversidade e afirmação linguística é uma falácia, se é assim, a pesquisa de ponta, em programas de pós-graduação em Linguística e Literatura no Nordeste do Brasil, é descobrir os dispositivos de poder e de saber reativos, e desativá-los, propor uma pedagogia geral de desativação, a favor de mais cidadania cultural, mais democracia e participação direta da comunidade linguístico-literária, aqui entendida de forma ampla, e não apenas o corpo docente e discente de programas stricto sensu; no segundo texto, há um mapa da pesquisa linguística no ocidente, seus modos de abordagem filosófico, filológico, crítico-literário e, finalmente, o linguístico puro, a partir do Curso de Linguística Geral, de 1916, para, através da emergência da Linguística Crítica, questionar os pressupostos da linguística pura, e fazer novas exigências teóricas, metodológicas e do ponto de vista da expressão dos falantes e suas várias dimensões e papéis na construção da sociabilidade e liberdade humana, sobretudo nas periferias do mundo.

Em suma, a unidade língua e literatura, como objeto da Crítica Cultural situada no campo linguístico-literário, além de criar condições para o trabalho multidisciplinar, permite, ainda, uma abertura para se conectar com línguas e culturas não indo-europeias, a exemplo da chinesa. Em artigo que apresentei na mesa redonda Literatura e cultura no âmbito dos BRICS: mediações, na Universidade de Pequim, em 08/06/2017, e que se intitula *Cenas literárias pós-coloniais para se compor novos ideogramas*, foi possível argumentar que, se a dicotomia significado/significante, tal como foi explorada na pesquisa ocidental, engendrou uma fragmentação quase absoluta, inclusive com a tentativa de apagamento de centenas de línguas não-ocidentais, a exemplo das línguas indígenas no Brasil, é possível, através do mandarim/chinês tradicional, como uma segunda língua, em país como o Brasil, não só dramatizar línguas e unidade língua e

literatura, perdidas, esvaziadas pelas estratégias reativas da tripartição que dominam o pensamento ocidental arborescente (DELEUZE & GUATTARI, 1995) mas vislumbrar um outro Brasil em que o Estado não seja controlado pelo capital, mas uma condição para regular o mercado, realizar uma auditoria cidadã da dívida pública, centenária e impagável, reter os lucros dos rentistas e, como os chineses na sua abertura, em 1978, para um socialismo de mercado (GUOYOU, 2015), investir em reforma agrária e agroindústria, educação, tecnologia e segurança.

Assim, é possível imaginar um outro sistema científico em que língua e literatura não só estejam no cotidiano de todo o sistema educacional, da educação básica à pós-graduação, mas sejam a base para uma política pública internacional e de afirmação desse país, que está entre as dez primeiras economias do mundo. E mais: fazer avançar o sentido das nossas agências de fomento à pesquisa, em sua missão de apoiar a prospecção da riqueza material e simbólica do Brasil, multiplicando seus modos de produção, e revertendo o sentido de distribuição dessa riqueza: agora, para os brasileiros e não para os parasitas de sempre.

É por isso que o marxismo vulgar, retido acima, nos comentários de Stuart Hall, precisa ser repensado no Brasil para que, a partir de sua virada cultural ou linguístico-literária, nos ajude, a partir do trabalho multidisciplinar, a reinventar a Bahia, o Nordeste e o Brasil, como um sujeito de seu próprio destino. Eis uma condição incontornável para um ativismo contemporâneo.

Conclusão

Se considerarmos as noções linguístico-literárias, bem como a sua prática e produção de sentido, como se fosse num círculo de cultura freireano, a produção científica em estudos de língua, literatura e crítica cultural no Nordeste do Brasil seria vanguarda em todo o mundo periférico, principalmente porquê: a) nenhuma palavra teria significado transcendental e estaria permanentemente articulada a um ato político e de emergência do sujeito na história; b) a noção de transcendência daí derivada estaria articulada à experiência concreta dos sujeitos em suas lutas por mais democracia e cidadania cultural; c) a luta de classes encontraria o seu sentido mais relevante que seria o de expropriar os expropriadores, em que os pobres do Nordeste, e do mundo, teriam não só o entendimento do seu lugar político nas malhas do fetichismo da mercadoria científica, mas também

teriam suas caixas de ferramentas para a reparação linguística, cultural, territorial e ontológica.

Nessa linha e por não existir, entre nós uma ANPOLL regional, a exemplo da ANPUH (Associação Nacional de História), os 40 anos de existência do GELNE (Grupo de Estudos Linguísticos – e Literários – do Nordeste) dispõem não apenas de um arquivo da maior relevância para a pesquisa do tema em pauta, mas para se pensar novas tarefas revolucionárias.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha: homo sacer III**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **Infancia e historia: destrucción de la experiencia y origen de la historia**. Trad. Silvio Mattoni. Cordoba, Argentina: Adriana Hidalgo Editora, 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Ler o capital**. Trad. Nathanael C. Carneiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ARARIPE JÚNIOR, T.de A. **Obra Crítica de Araripe Júnior**. (Dir. de A. Coutinho) 1a. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Brasília: MEC, 1958: I; 1960: II; 1963:III; 1970:V.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Pontes, 2008

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 2010.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso. Araripe Júnior: crítico e historiador da literatura brasileira. Porto Alegre, RS: **IX Seminário Internacional de História da Literatura da PUC – RS**, 2011.

CANDIDO, Antonio (ed.). **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975. 2 vols. 5^a. Edição.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\COSTA LIMA, Luiz. **A praga do beletismo**. Disponível em: <http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano2-Volume2/artigo-extra/A-Praga-do-Beletismo.pdf> Acesso: 27 nov. 2013.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1988.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Aurélio Guerra e Célio Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 1.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida**. Trad. Marileide Dias Esqueda. BH: Editora da UFMG, 2014.

FIORIN, José Luiz. Reflexões para o estabelecimento de uma política para as Humanidades. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 4, p. 301-321, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. Microfísica???

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GUOYOU, Wu. **The period of Deng Xiaoping's reformation**. Beijing, China: Foreign Languages Press Co. Ltd, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric. O que os historiadores devem a Karl Marx? In: **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013a.

HOBSBAWM, Eric. Marx e a história. In: **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013b.

LAJOLO, Marisa. **No jardim das Letras, o pomo da discórdia**. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html> > Acesso: 02 jun. 2013.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**, v.1 e v.2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LIMA, Rachel Esteves. **A crítica literária na universidade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 1997 (tese de doutorado).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A formação intelectual do estudante de Letras**. Disponível em: http://www.editoracontexto.com.br/produtos/pdf/LINGUAGEM%20PARA%20FORMACAO_INTRODUCAO.pdf. Acesso em: out. 2010

MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. **Revista de Literatura Comparada**, n. 4, 1998.

PEERRONE-MOISÉS, Leyla. Que fim levou a crítica literária? **Folha de São Paulo**, 25 de ago. de 1996, Mais!, p.9.

ROMERO, Sílvio. Da Crítica e sua Exata Definição. In: **História da Literatura Brasileira**. 7a ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. pp. 316-344.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva/ Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Osmar Moreira dos. **A luta desarmada dos subalternos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

SANTOS, Osmar Moreira dos. Cenas literárias pós-coloniais para se compor novos ideogramas. Pequim, China: Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade de Pequim, 08/06/2017 (comunicação na mesa redonda: **Literatura e cultura no âmbito dos BRICS: mediações**).

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes**. Leipsick: G. Teubner, 1879.

SOUZA, Eneida Maria. **Tempos de Pós-Crítica: ensaios**. São Paulo: Linear B; Belo

TEIXEIRA, Evanildes. **Cursos de Letras, políticas institucionais e (des)ativação de dispositivos**. Alagoinhas: Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, 2014 (Dissertação).

TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura Brasileira**. 5a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**, 6^a série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907. Em João Alexandre Barbosa (ed.) José Veríssimo: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978

VERÍSSIMO, José. **Que é literatura? e outros escritos**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907. Em João Alexandre Barbosa (ed.) José Veríssimo: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978.

YÚDICE, George. Debates atuais em torno dos Estudos Culturais nos Estados Unidos. Salvador: ANPOLL/GT de Literatura Comparada, 1997, Apud: MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. **Revista de Literatura Comparada**, n. 4, 1998.

XINGJIAN, Gao. **Le témoignage de la littérature**. Trad. Liliane Dutrait e Noel Dutrait. Paris: Seuil, 2004.

Sobre o autor

Osmar Moreira dos Santos é doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, além de pós-doutor em Teorias da Arte pela Universidade Paris VIII (2002-2004) e em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). É professor titular de literatura e metodologia da pesquisa em crítica cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e líder do Grupo de Pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural. Produzindo a partir de temas como tropicalismo, cinema novo, subalternidade, política cultural, é autor de vários livros autorais, capítulos, artigos para periódicos, além de projetos institucionais relevantes a exemplo do mestrado e doutorado em Crítica Cultural e do Departamento de Linguística, Literatura e Artes no Campus II da UNEB, em Alagoinhas – Bahia. Endereço eletrônico: <http://lattes.cnpq.br/5981899045893057>, e-mail: osmar.moreira@uol.com.br